



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

Orientação Técnica de Corregedoria 0001/2021

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	Todas Unidades Orçamentárias
ASSUNTO:	Procedimentos a serem adotados nos processos instaurados de forma conjunta ou instaurados com exclusividade pelo Secretário-Controlador Geral do Estado, mas que não tramitam no âmbito da Controladoria Geral do Estado.

Cuiabá - MT
Abril/2021



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

SUMÁRIO

- 1. INTRODUÇÃO**
- 2. CONTEXTUALIZAÇÃO**
- 3. ANÁLISE TÉCNICA**
 - 3.1. Da Competência da CGE como Órgão Central**
 - 3.2. Da Instauração, Condução e Decisão nos Processos de Responsabilização**
- 4. RECOMENDAÇÕES**



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

1 INTRODUÇÃO

1. Trata-se de Orientação Técnica elaborada com a finalidade de definir os procedimentos a serem adotados em relação aos processos de responsabilização de pessoas físicas e jurídicas instaurados de forma conjunta pelo Secretário-Controlador Geral do Estado e pela autoridade máxima do órgão ou entidade, bem como àqueles instaurados exclusivamente pelo Secretário-Controlador Geral do Estado, mas que não tramitam no âmbito da Controladoria Geral do Estado - CGE.

2. Em cumprimento à missão institucional, este produto foi formulado nos termos da Ordem de Serviço CGE nº 48/2021, expedida para elaboração de orientações e recomendações necessárias ao aperfeiçoamento do Sistema de Correição do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

3. Tramitam, no âmbito do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, Processos Administrativos Disciplinares - PADs e Processos Administrativos de Responsabilização - PARs instaurados de forma conjunta pelo Secretário-Controlador Geral do Estado e pelo dirigente máximo do órgão ou entidade, bem como de forma exclusiva pelo Secretário Controlador Geral do Estado.

4. Foram designadas comissões para conduzir esses processos, sendo que algumas são constituídas tanto por servidores lotados nos órgãos quanto por servidores lotados na CGE, ao passo que outras são constituídas exclusivamente por servidores lotados no órgão ou entidade.

5. Na tabela abaixo apresenta-se um resumo das possibilidades de instauração dos processos e composição das comissões processantes.

Instauração	Composição da Comissão Processante
CONJUNTA (Instaurada pela autoridade máxima do órgão ou entidade e pelo Secretário-Controlador Geral do Estado)	Local - Composta exclusivamente por servidores lotados no órgão ou entidade.
	Mista - Composta por servidores lotados no órgão ou entidade e servidores lotados no Órgão Central (CGE).
EXCLUSIVA (Instaurada exclusivamente pelo Secretário-Controlador Geral do Estado)	Local - Composta exclusivamente por servidores lotados no órgão ou entidade.
	Mista - Composta por servidores lotados no órgão ou entidade e servidores lotados no Órgão Central (CGE).



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

6. Essa forma de instauração e de composição das comissões vem causando prejuízos ao andamento processual, seja em razão do lapso temporal decorrente da tramitação do feito entre os órgãos e a CGE, seja no caso das instaurações conjuntas, pela falta de objetividade em relação à autoridade a quem a comissão deve direcionar seus pedidos tais como prorrogações de prazos, substituições de membros, incidentes e demais atos que necessitem da manifestação da autoridade instauradora.

7. Ademais, vislumbra-se que, na fase de julgamento, no momento em que a autoridade competente for avaliar o relatório final da comissão processante, pode haver decisões conflitantes, já que, em tese, a autoridade máxima do órgão e o Secretário-Controlador Geral poderão divergir em suas decisões e gerar conflitos cuja solução não se encontra prevista na legislação vigente.

8. Neste contexto, torna-se necessário o estabelecimento de procedimentos a serem adotados pelos órgãos e entidades componentes do Sistema de Correição do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso que visem garantir a eficiência na tramitação dos processos e a efetiva apuração dos fatos.

9. É a síntese, passa-se à análise.

3 ANÁLISE TÉCNICA

3.1 DA COMPETÊNCIA DA CGE COMO ÓRGÃO CENTRAL

10. Nos termos do artigo 12, inciso I, da Lei Complementar nº 550, de 17 de novembro de 2014, a CGE é o Órgão Central do Sistema de Correição, cabendo a ela regulamentar/normatizar procedimentos a serem adotados na condução dos processos de responsabilização de pessoas físicas e pessoas jurídicas.

3.2 DA INSTAURAÇÃO, CONDUÇÃO E DECISÃO NOS PROCESSOS DE RESPONSABILIZAÇÃO

11. De acordo com o art. 170, da Lei Complementar nº 04, de 15 de outubro de 1990, a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

sua apuração, mediante sindicância ou processo disciplinar, assegurada ao acusado a ampla defesa.

12. Em complemento à previsão anteriormente exposta, a Lei nº 550, de 27 de novembro de 2014, previu situações em que o Secretário-Controlador Geral do Estado poderia instaurar processos administrativos disciplinares em qualquer órgão do Poder Executivo Estadual.

Art. 17. O Secretário-Controlador Geral do Estado poderá instaurar sindicâncias, procedimentos e processos administrativos disciplinares, em razão:

I - da inexistência de condições objetivas para sua realização no órgão ou entidade de origem;

II - da complexidade, relevância da matéria e sua repercussão social;

III - do envolvimento de servidores de mais de um órgão ou entidade;

IV - da autoridade envolvida;

V - da inércia da autoridade responsável;

VI - descumprimento injustificado de recomendações da Controladoria Geral do Estado ou determinações dos órgãos de Controle Externo.

§ 1º Em qualquer uma das hipóteses previstas acima, o Secretário-Controlador Geral do Estado poderá, mediante manifestação fundamentada, avocar sindicâncias, procedimentos e processos administrativos disciplinares em curso, de qualquer órgão ou entidade do Poder Executivo Estadual, inclusive promovendo a aplicação da pena cabível.

(...)

Art. 33 A competência para os processamentos de pessoa física e jurídica que transacionarem com o Estado é da Controladoria Geral do Estado, inclusive nos casos previstos nas Leis Federal nº 8.666/1993 e nº 12.846/2013 e outras legislações específicas.

13. Com relação à responsabilização de pessoas físicas, de acordo com o *caput* do 69 da Lei Complementar nº 207, de 29 de dezembro de 2004, são competentes para determinar a instauração e a instrução de processo administrativo disciplinar o Governador do Estado, o Secretário-Controlador Geral do Estado, os Secretários de Estado e Dirigentes de entidades.

14. Ademais, o § 2º do mesmo artigo confere competência concorrente ao Secretário-Controlador Geral do Estado para instaurar e instruir PAD, mediante manifestação fundamentada, em razão de alguma das situações previstas no art. 42 da referida lei, elencadas a seguir:



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

Art. 42. § 2º As competências asseguradas aos Secretários de Estado, Dirigentes de entidades e de órgãos desconcentrados, serão exercidas pelo Secretário-Controlador Geral do Estado, em caráter concorrente, mediante manifestação fundamentada, em razão:

I - inexistência de condições objetivas para sua realização no órgão ou entidade de origem;

II - complexidade, relevância da matéria e sua repercussão social;

III - envolvimento de servidores de mais de um órgão ou entidade;

IV - autoridade envolvida;

V - inércia da autoridade responsável;

VI - descumprimento injustificado de recomendações da Controladoria Geral do Estado ou determinações dos órgãos de Controle Externo.

15. Quanto à responsabilização de pessoas jurídicas, conforme previsto no art. 3º, parágrafo único, do Decreto nº 522/2016, o procedimento para aplicação das sanções será iniciado pelo gestor do contrato e julgado pela autoridade máxima do órgão.

16. No mesmo sentido é a previsão contida no art. 6º, do decreto em comento, que atribui à autoridade máxima do órgão ou da entidade do Poder Executivo a competência para instauração e julgamento de processo administrativo de responsabilização:

Art. 6º A instauração e o julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica cabem à autoridade máxima de cada órgão ou entidade do Poder Executivo, que agirá de ofício ou mediante provocação, observados o contraditório e a ampla defesa.

§ 1º A competência para a instauração e o julgamento do processo administrativo de apuração de responsabilidade da pessoa jurídica poderá ser delegada, vedada a subdelegação.

§ 2º A Controladoria-Geral do Estado terá competência concorrente para instaurar processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas ou para avocar os processos instaurados com fundamento na Lei Federal nº 12.846/13, para exame de sua regularidade ou para corrigir-lhes o andamento.

17. O § 1º do artigo acima permite que a competência para instaurar e julgar processos seja delegada.

18. Por sua vez, o § 2º atribui à CGE competência concorrente para instauração de processos de responsabilização ou avocação de processos que tenham fundamento na Lei



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

Federal nº 12.846/2013, a fim de verificar sua regularidade ou corrigir eventuais inconsistências na condução dos processos.

19. Nesse ínterim, a competência concorrente possibilita que mais de uma autoridade instaure e julgue processos administrativos de responsabilização de pessoas físicas e pessoas jurídicas.

20. Significa dizer que tanto a autoridade máxima da CGE quanto a do órgão ou entidade interessada podem dar início ao PAD ou PAR por meio de portaria instauradora do processo.

21. Vale ressaltar que competência concorrente não é sinônimo de competência conjunta. Vejamos:

A competência concorrente significa que quaisquer das autoridades pode exercer suas atribuições. Assim, trata a instauração do processo administrativo de ato administrativo simples, produzido pela declaração de um órgão, e não de ato composto, no qual a vontade de dois órgãos se conjugaria para a formação de um ato único. Dessa forma, a assinatura conjunta se revela desnecessária e por isso impacta negativamente na celeridade processual e, conseqüentemente, desrespeita o princípio da eficiência, tão caro à Administração Pública. (MELLO, 2014 - p. 435-436)

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 32ª edição, 2014, Malheiros Editores, São Paulo, p. 435-436.

22. Assim, tendo sido instaurado processo administrativo, a autoridade instauradora terá competência para decidir sobre atos realizados naquele processo, tais como prorrogação de prazo, alteração de comissão, e decisão em relação ao relatório final apresentado pela comissão.

4 RECOMENDAÇÕES

23. Ante o exposto, considerando os princípios da eficiência e economicidade, emitem-se as seguintes orientações:

23.1. Que a Unidade Setorial de Correição - UNISECOR ou Comissão Permanente de



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

Processo Disciplinar - CPPAD realize o levantamento de todos os processos instaurados nas formas previstas no parágrafo 5 desta Orientação Técnica e encaminhe os autos à autoridade respectiva para a adoção das medidas previstas nas orientações 23.2, 23.3 e 23.4, abaixo elencadas;

23.2. Que a autoridade máxima do órgão ou entidade, onde esteja tramitando processo de responsabilização originário de instauração conjunta e conduzido por comissão formada exclusivamente por servidores lotados no respectivo órgão ou entidade, publique, com fundamento nesta orientação técnica, portaria avocando para si, com exclusividade, a responsabilidade pela condução do processo;

23.3. Nos processos de responsabilização originários de instauração conjunta, conduzidos por comissão mista, e caso não haja manifestação contrária da autoridade máxima do órgão ou entidade, que o Secretário-Controlador Geral do Estado publique portaria avocando a responsabilidade exclusiva pelo processo e designe, se necessário, servidor lotado na CGE para presidir a comissão processante;

23.4. Nos processos de responsabilização originários de instauração exclusiva, conduzidos por comissão mista, que Secretário-Controlador Geral do Estado publique, se necessário, portaria designando servidor lotado na CGE para presidir a comissão processante.

24. Para fins didáticos, segue abaixo resumo das providências a serem adotadas em cada situação:

Instauração	Composição da Comissão Processante	Providência a ser Adotada pela CGE
CONJUNTA (Instaurada pela autoridade máxima do órgão ou entidade e o Secretário Controlador Geral do Estado)	Local - Composta exclusivamente por servidores lotados no órgão ou entidade.	Deixar de atuar e transferir a responsabilidade para a autoridade máxima do órgão ou entidade.
	Mista - Composta por servidores lotados no órgão ou entidade e servidores lotados no Órgão Central (CGE).	Avocar a responsabilidade pelo processo, designando servidor lotado na CGE para presidir a comissão.
EXCLUSIVA (Instaurada exclusivamente pelo Secretário Controlador Geral do Estado)	Local - Composta exclusivamente por servidores lotados no órgão ou entidade.	Designar servidor lotado na CGE para presidir a comissão.
	Mista - Composta por servidores lotados no órgão ou entidade e servidores lotados no Órgão Central (CGE).	Designar servidor lotado na CGE para presidir a comissão.



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

25. É a orientação.

À apreciação superior.

Cuiabá, 14 de Abril de 2021

Karen Cristina Oldoni da Silva

Superintendente de Processos de Pessoas Jurídicas em Substituição

Paulo Farias Nazareth Netto

Superintendente de Processos de Agentes Públicos